



VEGETAÇÃO DAS RESTINGAS COMO INSTRUMENTO PARA GESTÃO COSTEIRA E TECNOLOGIA SOCIAL EM CARAVELAS, BA.

Henrique Machado Dias (1)

Elza Maria Neffa de Castro (2); Mário Luiz Gomes Soares (3)

(1)Doutor pelo Programa de Pós - graduação Multidisciplinar em Meio Ambiente (UERJ). Professor do Departamento de Engenharia Florestal da UFES. henridias@yahoo.com.br»henridias@yahoo.com.br

(2)Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), Coordenadora do Núcleo de Referência em Educação Ambiental da Faculdade de Educação e Coordenadora Adjunta do Programa de Pós - graduação em Meio Ambiente/Doutorado Multidisciplinar da UERJ. »(3) Doutor em Oceanografia Biológica (IO/USP), Coordenador do Núcleo de Estudos em Manguezais, Coordenador Adjunto do Programa de Pós - graduação em Meio Ambiente/Doutorado Multidisciplinar e Coordenador Adjunto do Programa de Pós - Graduação em Oceanografia da UERJ.

INTRODUÇÃO

A zona costeira é um sistema ambiental formado pela interação direta entre os componentes da geosfera, hidrosfera e atmosfera. As atividades desenvolvidas pelo ser humano no continente afetam diretamente acarretando alteração dos processos e das características físicas e biológicas do ecossistema. Nessa complexa interação entre ambientes encontram - se as restingas que são áreas de sedimentação quaternária, no sentido geomorfológico, quanto formações vegetais que cobrem tais planícies arenosas, considerada como ecossistema associado à Mata Atlântica, sujeito a um conjunto de condições físicas extremas, tais como elevada amplitude térmica, períodos de seca, constância de vento, alta salinidade e escassez de nutrientes (Scarano, 2002).

Desde a colonização portuguesa o desmatamento das restingas caracterizou a degradação do litoral brasileiro e, por conta disso, é necessário desenvolver um novo modelo de utilização desses ecossistemas, atentando para atividades econômicas que não exigem desmatamento. Young (2005) afirma que a perda de áreas de florestas nativas está intrinsecamente relacionada com as formas de uso da terra e com o modo de produção estabelecido nas áreas convertidas até então.

Sob esse prisma se insere o manejo dos Produtos Florestais Não - Madeireiros (PFNM) que, pelas caracte-

terísticas e potencialidades de cada região, coloca - se como um dos principais caminhos para alcançar o desenvolvimento com bases sustentáveis. Nesse sentido, os subprodutos da biodiversidade, quando corretamente manejados, desempenharão papel fundamental no contexto da sustentabilidade econômica, social e cultural das populações locais (Scudeller, 2007).

Nessa perspectiva, a fruticultura de espécies nativas pode ser considerada como forma de PFNM inserindo - se no movimento de Tecnologia Social (TS) pois, além de garantir o sustento das famílias extrativistas, mantém a qualidade dos recursos naturais e evita o desmatamento (corte raso dos indivíduos), inserindo - se no âmbito da produção sustentável (Rutkowski; Lianza, 2004).

OBJETIVOS

O objetivo consiste em avaliar a viabilidade na utilização, produção e comercialização dos recursos vegetais não - madeireiros, nativos das restingas, como instrumento da gestão costeira local, recuperação de áreas degradadas e alternativa para geração de trabalho e renda à população local.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia é qualitativa, utilizando - se de visitas ao campo para levantamento de dados primários, a partir de entrevistas semiestruturadas, informais e observação participante. Foram feitas consultas às listagens florísticas (dados secundários), locais e regionais, com o intuito de catalogar as espécies nativas com potenciais para PFM e para ilustrar a abordagem da Tecnologia Social. Cada espécie com potencial para essa proposta foi analisada quanto ao comportamento desde a coleta do subproduto do vegetal até a sua comercialização. A amostragem referente aos atores sociais foi feita por julgamento pessoal e não de forma probabilística. Os selecionados foram escolhidos segundo o critério de participação e grau de importância dentro do processo e da predisposição de fornecerem informações. Para a escolha das espécies nativas com potencial para geração de trabalho e renda, o estudo atentou para a existência de um mercado consumidor já estruturado em outras regiões do país, além do extrativismo e da utilização do fruto pela comunidade de Caravelas, gerando uma forma de renda local, bem como, outras formas de manejo de produção de mudas, tolerância às áreas degradadas e facilidade na coleta.

RESULTADOS

A partir da coleta de dados verificou - se que existem quatro espécies nativas das restingas: Mangaba (*Hancornia speciosa* Gomez); Pitanga (*Eugenia uniflora* L.); Caju (*Anacardium occidentale* L.); Aroeira (*Schinus terebinthifolius* Raddi), com potenciais usos associados para geração de trabalho e renda junto às comunidades locais, e como forma alternativa de recuperação de áreas degradadas em coqueirais abandonados ou subutilizados. A utilização dessas espécies emerge como uma alternativa em potencial para inclusão social em comunidades carentes do município, além de agregar valor às áreas subutilizadas ou abandonadas de coqueirais nas restingas locais, podendo ser uma alternativa na fase inicial de recuperação das áreas degradadas, sob a abordagem da tecnologia social e sob um novo prisma interdisciplinar.

Dagnino *et al.*, (2004) afirma que a tecnologia social pode ser considerada como a forma de iniciativa cada vez mais eficaz para a solução desses tipos de problemas sociais. Também como um vetor para a adoção de políticas públicas que abordem a relação entre ciência - tecnologia - sociedade (CTS) em um sentido mais coerente com a realidade brasileira e com o futuro que a sociedade deseja construir. Rutkowski e Lianza (2004) consideram que esse é um novo modelo de desenvolvimento econômico que postula o uso racional dos recursos naturais, de forma não predatória e com possibili-

dade de melhoria da qualidade de vida dos habitantes das áreas rurais, já que, paradoxalmente, a globalização também permite a criação de novos mercados para determinados produtos regionais, como os artesanais e os derivados da floresta.

No entanto, para que essas atividades pioneiras de empreendedorismo social existam no município é necessário que haja fontes de financiamento, principalmente para o segmento mais carente da população. Sob esse enfoque, podem ser inseridos os programas de microfinanciamentos, como as linhas de microcréditos cedidas aos pequenos produtores. Yunus (2008) afirma que o microcrédito liga os motores econômicos da parcela da população rejeitada pela sociedade, e quando um grande número desses pequenos motores entra em funcionamento, estará pronto o cenário para grandes realizações. Buarque (2002) afirma que qualquer empreendimento endógeno demanda de organização e mobilização da sociedade local, explorando suas capacidades e potencialidades próprias, criando raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade. Nesse caso, a capacidade de organização comunitária em desafiar políticas desfavoráveis, promover desenvolvimento local e administrar os recursos naturais demonstra que o manejo comunitário é uma alternativa viável de gestão. Tucker (2005) afirma que a adoção da abordagem comunitária pela população extrativista propicia controle local e benefícios socioeconômicos.

É nesse contexto que a gestão costeira em Caravelas deve se inserir, subsidiando, como ferramenta básica ao Manejo Costeiro Integrado, a promoção da produção, plantio e exploração sustentável dos recursos vegetais descritos e analisados neste estudo. Sugere - se que esta exploração somente ocorra em restingas degradadas por plantios de coco, visto que resgatará a ocupação das áreas por essas espécies nativas e expandirá o potencial de geração de trabalho e renda para os extrativistas, o que poderá reduzir a pressão sobre os estoques naturais ainda preservados. Com isso, tanto a população ribeirinha, quanto à continental, terão possibilidade de se inserir na economia local a partir da melhoria das condições de vida, com o manejo adequado dos recursos e com a sensibilização de todos os atores sociais envolvidos no processo, visando um desenvolvimento que reduza a vulnerabilidade da população a implantação de empreendimentos insustentáveis.

CONCLUSÃO

O levantamento das espécies nativas das restingas, bem como seus usos associados, permitiu analisar que quatro espécies detêm potencial para utilização de áreas degradadas, geração de trabalho e renda e inclusão social, além de subsidiar gestão costeira no desenvolvimento de políticas públicas locais do entorno de unidades de

conservação costeiras. (Agradecimentos a CAPES pela bolsa de doutorado ao primeiro autor; Ao CEPENE - IBAMA Base Caravelas, pelo apoio logístico)

REFERÊNCIAS

BUARQUE, S.C. *Construindo do desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond; 2002. 180p.
DAGNINO, R.; BRANDÃO, F.C.; NOVAES, H.T. Sobre o marco analítico - conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE Jr., A.E. *et al.*, (Orgs.). *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p.15 - 64.
RUTKOWSKI, J.; LIANZA, S. Sustentabilidade de empreendimentos solidários: que papel espera - se da tecnologia? In: LASSANCE Jr., A.E.; *et al.*, (Orgs.). *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil; 2004. p.167 - 186.
SCARANO, F.R. Structure, function and floristic re-

lationships of plant communities in stressful habitats marginal to the Brazilian Atlantic Rainforest. *Annals of Botany*. 2002; 90: 517 - 524.

SCUDELLER, V.V. Uso de recursos vegetais não - madeiros como alternativa de geração de renda na RDS Tupé AM. *Revista Brasileira de Biociências*. 2007; 5(1): 258 - 260.

TUCKER, C. Em busca do manejo florestal comunitário sustentável: as experiências de duas comunidades no México e em Honduras. In: ZARIN, D.J.; *et al.*, *Florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?* São Paulo: Peirópolis; 2005. p.235 - 260.

YOUNG, C.E.F. Causas socioeconômicas do desmatamento da Mata Atlântica brasileira. In: GALDINO - LEAL, C.; CÂMARA, I.G. *Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas*. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica; 2005. p.103 - 117.

YUNUS, M. *Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Ática; 2008. 272p.